

LIGHT S.A.
CNPJ Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 33.300.263.16-1
Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA LIGHT S.A., REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018, RETOMADA EM 08 DE MAIO DE 2018 E EM 22 DE MAIO DE 2018, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, CONFORME FACULTA O §1º DO ARTIGO 130 DA LEI Nº 6.404/1976.

1. Data, hora e local: Aos 27 dias de abril de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Light S.A. (“Light” ou “Companhia”), localizada na Av. Marechal Floriano nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Convocação: A Assembleia foi regularmente convocada por meio da publicação do Edital de Convocação nas edições de 28 de março de 2018 (pág. 154), 03 de abril de 2018 (pág. 40) e 04 de abril de 2018 (pág. 08) do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e de 28 de março de 2018 (pág. 52), 29 de março de 2018 (pág. 30) e 02 de abril de 2018 (pág. 09) no jornal Diário Comercial.

3. Presenças e Quórum: Acionistas representando 70,26% do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, constatando-se, dessa forma, a existência de quórum para instalação da Assembleia Geral Extraordinária. Presente, ainda, o Diretor Presidente Luís Fernando Paroli Santos.

4. Composição da Mesa: Sr. Luís Fernando Paroli Santos, Presidente. Escolhida a Sra. Paula Regina Novello Cury para secretariar os trabalhos.

5. Ordem do Dia: 5.1. Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (i) aumentar o limite do capital autorizado da Companhia previsto no artigo 5º do Estatuto Social; (ii) excluir, no parágrafo terceiro do artigo 5º do Estatuto Social, a indicação de que o aumento de capital dentro do capital autorizado se destinaria exclusivamente ao exercício do direito conferido pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia e prever que a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado será deliberada pelo Conselho de Administração que também fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização; (iii) permitir, com a inclusão do parágrafo único do artigo 6º do Estatuto Social, a emissão de ações e de outros valores mobiliários conversíveis em ações sem direito de preferência ou com redução de prazo para exercício do direito de preferência; (iv) adequar o Estatuto Social à legislação em vigor, excluindo, no artigo 8º, a obrigatoriedade de os Conselheiros de Administração serem acionistas da Companhia; (v) alterar a alçada de aprovação das matérias de competência da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, e incluir previsão de reajuste anual pelo IGP-M/FGV; (vi) excluir do inciso XXIII do artigo 11º do Estatuto Social a previsão de que a destinação das emissões de ações dentro do limite do capital seria exclusivamente para atender ao exercício do direito conferido pelos bônus de

subscrição emitidos pela Companhia; (vii) excluir do inciso IX do artigo 14º do Estatuto Social a competência da Diretoria, como órgão colegiado, para a outorga de procuração, prevendo que a outorga de procuração poderá ser aprovada por 02 (dois) diretores em conjunto; (viii) incluir no parágrafo único do artigo 18º do Estatuto Social a possibilidade de outorga de procuração com prazo superior a 01 (um) ano para alguns casos excepcionais, como para fins judiciais, para que sigam exigências fixadas por órgãos governamentais e para contratos de financiamento com bancos de fomento; (ix) adequar todo o documento às regras obrigatórias de implementação até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, conforme requeridas pelo Novo Regulamento do Novo Mercado, em vigor desde de 02 de janeiro de 2018; e (x) consolidar a nova versão do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações acima propostas.

6. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:

6.1. Foi dispensada, pela unanimidade dos acionistas votantes, a leitura dos documentos relacionados à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas presentes e, além disso foram: (i) postos à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Marechal Floriano nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro; (ii) colocados à disposição dos senhores acionistas também por meio do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no endereço eletrônico “<http://ri.light.com.br>”; (iii) encaminhados à B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, em atendimento ao disposto no artigo 124, §6º, da Lei 6.404/76; e (iv) colocados à disposição dos senhores acionistas no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) “www.cvm.gov.br”.

6.2. O Presidente propôs que esta ata de Assembleia Geral Extraordinária fosse lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, ficando facultada aos acionistas a apresentação de declarações de voto, manifestação de protesto ou dissidência, as quais deverão ser numeradas e autenticadas pela Mesa, e arquivadas na sede da Companhia. Os acionistas aprovaram, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, como faculta o §1º do artigo 130 da Lei 6.404/76

7. Deliberações Tomadas: Iniciado o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, verificou-se a necessidade de esclarecimentos adicionais sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária. Os acionistas da Companhia aprovaram, por maioria, suspender os trabalhos da referida assembleia, cujos trabalhos serão retomados em 8 de maio de 2018, às 11:00 horas, conforme item 1.2.6 do Manual de Registro de Sociedade Anônima do Departamento de Registro Empresarial e Integração, aprovado segundo a Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017.

8. Reabertura da Assembleia: Conforme divulgado por meio do Comunicado ao Mercado, divulgado pela Companhia em 8 de maio de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, foram retomados os trabalhos da Assembleia.

9. Deliberações Tomadas: Iniciado o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e dos respectivos documentos, verificou-se novamente a necessidade de esclarecimentos adicionais sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária. Os acionistas da Companhia aprovaram, por maioria, suspender os trabalhos da referida assembleia, cujos trabalhos serão retomados em 22 de maio de 2018, às 11:00 horas, conforme item 1.2.6 do Manual de Registro de Sociedade Anônima do Departamento de Registro Empresarial e Integração, aprovado segundo a Instrução Normativa DREI nº 38, de 2 de março de 2017.

10. Reabertura da Assembleia: Conforme divulgado por meio do Comunicado ao Mercado, divulgado pela Companhia em 22 de maio de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, foram retomados os trabalhos da Assembleia.

11. Deliberações Tomadas: Foi esclarecido pela mesa que a lista de presença foi encerrada logo após a instalação desta Assembleia, nos termos do art. 127 da Lei 6.404/76. A mesa indicou, ainda, que foi conferido aos acionistas que não assinaram a lista de presença o direito de participar e votar nas deliberações que ainda não tenham sido tomadas, sendo que tais acionistas terão seus nomes lançados ao final da ata desta Assembleia, para assegurar a validade de sua participação no restante do conclave. Os acionistas retomaram as discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia e deliberaram da seguinte forma, conforme mapa de votação constante do Anexo II:

Inicialmente, por proposta dos acionistas integrantes do bloco de controle da Companhia e aprovados por maioria dos acionistas presentes, foram retirados da pauta de deliberação os itens (i), (ii) e (iii) da Ordem do Dia.

(iv) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 68,70% votos favoráveis, 5,38% de votos contrários e sem abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a adequação do Estatuto Social à legislação em vigor, excluindo, no artigo 8º, a obrigatoriedade de os Conselheiros de Administração serem acionistas da Companhia;

(v) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 67,61% votos favoráveis, 0,12% de votos contrários e 6,34% de abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a alteração da alçada de aprovação das matérias de competência da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, e incluir previsão de reajuste anual pelo IGP-M/FGV;

(vi) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 67,73% votos favoráveis, 5,38% de votos contrários e 0,96% de abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a exclusão do inciso XXIII do artigo 11º do Estatuto Social a previsão de que a destinação das emissões de ações dentro do limite do capital seria exclusivamente para atender ao exercício do direito conferido pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia;

(vii) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 68,69% votos favoráveis, sem votos contrários e 5,38% de abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a exclusão do inciso IX do artigo 14º do Estatuto Social a competência da Diretoria, como órgão colegiado, para a outorga de procuração, prevendo que a outorga de procuração poderá ser aprovada por 02 (dois) diretores em conjunto;

(viii) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 68,70% votos favoráveis, sem votos contrários e 5,38% abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a inclusão no parágrafo único do artigo 18º do Estatuto Social a possibilidade de outorga de procuração com prazo superior a 01 (um) ano para alguns casos excepcionais, como para fins judiciais, para que sigam exigências fixadas por órgãos governamentais e para contratos de financiamento com bancos de fomento;

(ix) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 59,19% votos favoráveis, 14,89% de votos contrários e sem abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a adequação de todo o documento às regras obrigatórias de implementação até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, conforme requeridas pelo Novo Regulamento do Novo Mercado, em vigor desde de 02 de janeiro de 2018; e

(x) aprovar, por maioria dos votos proferidos, totalizando 68,70% votos favoráveis, 5,38% de votos contrários e sem abstenções, representando 74,07% do capital social da Companhia, conforme mapa de votação constante do Anexo II, a consolidação da nova versão do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações acima propostas, conforme Anexo I.

11.1. O acionista BNDESPar apresentou manifestação de voto por escrito, a qual foi numerada, autenticada pela mesa e arquivada na sede da Companhia.

12. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada, segue assinada pelo Presidente, por mim, secretária, e pelos os acionistas presentes.

Luís Fernando Paroli Santos
Presidente da Mesa

Paula Regina Novello Cury
Secretária da Mesa

Acionistas Presentes:

Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, rep/ Natália Silva de Lima

Luce Empreendimentos e Participações S.A., rep/ João Alan Haddad

RME – Rio Minas Energia Participações S.A., rep/ João Alan Haddad

BNDESPAR, rep/Ramom Dantas Rotta

ANGELO LORENS SIMOES
ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES
BENEDITO CARLOS DIAS DA SILVA
CARLOS EDUARDO FERREIRA CORREA
DEDINA LUISA BERNARDELLI
JAYME BERBAT
JOZSEF PETER COHN
PEDRO PAULO DE SOUZA
RABO DE PEIXE TRANSP, SERV MARITIMOS E EMPR TURIST LTDA - ME
RAMIRO MARTINEZ FILHO
ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA
SERGIO GARRIDO PINHEIRO
VIC DTVM S/A
VICTOR ADLER
RABO DE PEIXE TRANSP, SERV MARITIMOS E EMPR TURIST LTDA - ME
TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
Rep/ Guilherme de Mello Franco Faoro

4D EMERGING MARKETS INFRASTRUCTURE FUND
HANDELSBANKEN FUNDS - BRAZIL
HANDELSBANKENS LATINAMERIKAFOND
NEW SOUTH WALLE TR CORP AS TR FOR THE TC EMER MKT SHAR FUND
OPTIMIX WHOLESALE GLOBAL EMERGING MARKETS SHARE TRUST
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F
Rep/ Michele da Silva Gonsales

E presentes via boletim de voto à distância nos termos da Instrução CVM 481:
ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO
ALASKA PERMANENT FUND
ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND - ALLIANZ BEST STYLES E M E
BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC GLOBAL E F
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
CATHOLIC HEALTH INITIATIVES

CF DV ACWI EX-U.S. IMI FUND
CHI OPERATING INVESTMENT PROGRAM LP
CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND
FIDELITY SALEM STREET T: FIDELITY TOTAL INTE INDEX FUND
FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST
INTERNATIONAL MONETARY FUND
ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS ETF
ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF
ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY
ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF
ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
MARYLAND STATE RETIREMENT AND PENSION SYSTEM
NEPTUNE INVESTMENT FUNDS - NEPTUNE LATIN AMERICA FUND
NORGES BANK
NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND
NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING
ONTARIO PENSION BOARD
PINEBRIDGE GLOBAL FUNDS
PUBLIC SECTOR PENSION INVESTMENT BOARD
SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC
SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY
SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.
ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND
ST STR RUSSELL FUND GL EX-U.S. INDEX NON-LEND COMMON TR FD
ST STR MSCI ACWI EX USA IMI SCREENED NON-LENDING COMM TR FD
STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D
STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS
STICHTING BLUE SKY PASSIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FU
SUNSUPER SUPERANNUATION FUND
THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA
THE BOARD OF THE PENSION PROTECTION FUND
THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYS.
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND ASOVIEIF
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF
VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD
Direto
FUNDO FATOR SINERGIA V FIA 1
LUIZ FERNANDO LEIS FERREIRO

Acionista presente na retomada dos trabalhos em 22 de maio de 2018:

MINISTRY OF STRATESY AND FINANCE
Rep/ Michele da Silva Gonsales

Rep/ Diretoria Executiva: Luís Fernando Paroli Santos

(Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Light S.A., realizada em 27 de abril de 2018, retomada em 08 de maio de 2018 e em 22 de maio de 2018)

ANEXO I – ESTATUTO CONSOLIDADO DA LIGHT S.A.

LIGHT S.A.
CNPJ Nº 03.378.521/0001-75
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1º A Companhia é denominada LIGHT S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2º A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

Artigo 3º A Companhia tem sede e domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, e, mediante resolução da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverão ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.225.822.197,89 (dois bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) representado por

203.934.060 (duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.965.072 (duzentos e três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação corresponde o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro – A emissão de ações, pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, se destina exclusivamente a atender o exercício dos bônus de subscrição emitidos pela Companhia e deve observar estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição.

Parágrafo Quarto – Qualquer aumento de capital que não tenha a destinação estabelecida no parágrafo anterior será objeto de deliberação pelos acionistas reunidos em assembleia geral, que fixarão as condições a prevalecer para emissão de ações.

Parágrafo Quinto - Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações (“Lei das S.A.”).

Artigo 6º Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo 29 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Na composição do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos conselheiros, deverão ser Conselheiros Independentes.

Parágrafo Segundo – Para fins do presente Estatuto Social, entende-se por Conselheiro Independente aquele que não possui qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; não é acionista controlador ou acionista vinculado por acordo de voto, cônjuge ou parente até segundo grau destes ou de qualquer administrador da Companhia, ou não está ou não esteve, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada a acionista controlador ou a acionista vinculado por acordo de voto, sendo excluídas de tal restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa; não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionistas controladores ou de acionistas

vinculados por acordo de voto, ou de sociedade controlada pela Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que, direta ou indiretamente, ofereça ou demande a prestação de serviços da Companhia, cuja relação implique em perda de independência; e, não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, ressalvados os proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital social da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Artigo 9º Caberá à Assembleia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Segundo – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro – Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deve convocar a Assembleia Geral para preenchimento do respectivo cargo.

Parágrafo Quarto – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu titular, cumprindo, o substituto, gestão pelo prazo remanescente.

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, ou pelo Diretor Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) úteis dias. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

Parágrafo Primeiro – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária do Conselho de Administração poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio ou por qualquer outro meio de comunicação.

Artigo 11 No exercício das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, especialmente:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II - convocar a Assembleia Geral;

III - eleger e destituir o Diretor Presidente;

IV - eleger e destituir os demais membros da Diretoria;

V - manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria e dos balanços consolidados, que deverão ser submetidos a sua apreciação;

VI - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

VII - estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela assembleia geral, e aprovar as regras gerais da política salarial dos empregados da Companhia;

VIII - observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, aprovar a política de dividendos da Companhia e declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

IX - opinar sobre a criação de qualquer reserva de capital para contingências e/ou qualquer reserva de lucros, bem como qualquer operação ou mecanismo que possa resultar na redução dos lucros a serem distribuídos para os acionistas pela Companhia ou, indiretamente, por suas controladas;

X - a aprovação de quaisquer planos de negócios, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;

XI - deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser

estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

XII - deliberar sobre a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

XIII - deliberar sobre a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

XIV - deliberar sobre a realização de qualquer negócio jurídico que tenha por objeto a aquisição ou alienação, ou ainda, a constituição de gravames de qualquer natureza pela Companhia sobre participações societárias, valores mobiliários, direitos de subscrição ou aquisição;

XV - deliberar sobre a contratação, pela Companhia e por qualquer de suas controladas, de obrigação em uma única operação ou numa série de operações vinculadas, em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) não prevista no orçamento anual da Companhia;

XVI - a aprovação de associação da Companhia, sob quaisquer circunstâncias, com terceiros, inclusive a realização de um empreendimento conjunto, de um consórcio, ou a participação da Companhia em outras sociedades observados os limites do artigo 256 da Lei das S.A.;

XVII - a aprovação de investimentos (que não os previstos no inciso XVI acima e exceto os casos do artigo 256 da Lei das S.A.) em uma única operação ou numa série de operações vinculadas envolvendo montantes acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo tal montante ser revisto a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral dos acionistas;

XVIII - a aprovação da participação da Companhia ou de sociedade controlada em qualquer negócio que envolva os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas,

ou qualquer pessoa física ou jurídica nas quais os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas tenham interesse econômico direto ou indireto, respeitado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo;

XIX - a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários;

XX - a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;

XXI - opinar sobre o resgate, amortização ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de permanência em tesouraria para posterior cancelamento e/ou alienação, nos termos da legislação aplicável;

XXII - deliberar sobre a indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo;

XXIII - deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado;

XXIV - deliberar sobre a emissão de notas promissórias (“commercial papers”) e/ou outros títulos de créditos ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em mercados de capitais;

XXV - escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Companhia;

XXVI - opinar sobre a solicitação de cancelamento de registro da Light como companhia aberta;

XXVII - opinar sobre a dissolução e liquidação, ou ainda autorização que permita à administração da Companhia requerer a recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda confessar a falência da Companhia ou de suas controladas;

XXVIII - constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, e definir suas respectivas atribuições, remuneração e regulamento de funcionamento;

XXIX - estabelecer os padrões éticos e de comportamento da Companhia, garantindo a observância da legislação vigente, à responsabilidade institucional da Companhia, fiscalizando a gestão financeira da Companhia e garantindo total transparência sobre os principais riscos da Companhia;

XXX - elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XXXI - aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos diretores da Companhia no exercício dos direitos da Companhia na qualidade de acionista ou quotista de outra sociedade;

XXXII - aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas pela Companhia;

XXXIII - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

XXXIV - definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – Nas deliberações sobre a realização de negócio pela Companhia ou por suas subsidiárias com acionistas ou partes relacionadas, os conselheiros indicados pelo acionista que pretende realizar tal negócio se ausentarão do recinto durante a discussão e votação da matéria em deliberação que será tomada pela maioria dos demais conselheiros.

Parágrafo Segundo – A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados, através da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT, na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

SEÇÃO II – DIRETORIA

Artigo 12 A Diretoria será constituída por até 9 (nove) Diretores, composta da seguinte forma: um Diretor-Presidente; um Diretor de Finanças; um Diretor de Gente e Gestão Empresarial; um Diretor de Energia; um Diretor Comercial; um Diretor de Engenharia; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores; um Diretor Jurídico e um Diretor de Comunicação; com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao Diretor-Presidente escolher, dentre os demais Diretores, o seu substituto, no caso de sua ausência ou impedimento. Os demais Diretores, por sua vez, serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor especialmente designado pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração elegerá o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em caso de vacância definitiva do cargo de qualquer Diretor, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os demais Diretores, até que o Conselho de Administração eleja o seu substituto definitivo pelo prazo restante de gestão.

Artigo 13 Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Artigo 14 Compete à Diretoria como órgão colegiado, obedecidas as restrições da legislação vigente, praticar todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da Companhia, especificamente:

- I. estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;
- II. aprovar e alterar a estrutura orgânica da Companhia, definindo as atribuições e competências das unidades administrativas e do pessoal, bem como as normas e procedimentos internos, respeitadas a competência do Conselho de Administração e as disposições deste Estatuto;
- III. examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o planejamento estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- IV. elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o planejamento estratégico vigente, assim como suas revisões;

- V.** aprovar os nomes indicados pelos Diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, bem como destituição dos mesmos;
- VI.** conferir autoridade aos Diretores para decidirem isoladamente sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria;
- VII.** conferir poderes aos Diretores e empregados para autorização das despesas, estabelecendo limites e condições;
- VIII.** deliberar a alienação e aquisição de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), enviando para aprovação do Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 11, inciso XVII, deste Estatuto Social, observando-se, quanto à correção deste valor, a mesma regra prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 11, acima;
- IX.** aprovar a matriz de competência para as operações incluídas na condução normal dos negócios da sociedade e que não dependam de aprovação do Conselho de Administração;
- X.** submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia, bem como os demais assuntos que são da competência do Conselho de Administração.

Artigo 15 Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em colegiado, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo:

I – Diretor-Presidente:

- a)** superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b)** representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- c)** assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;

- d)** coordenar as atividades de relacionamento institucional junto aos órgãos reguladores e Ministérios Públicos, ouvidoria e regulação;
- e)** apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- f)** propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- g)** propor as indicações para os cargos de administração e conselhos fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como para a Previdência e Saúde;
- h)** coordenar a elaboração e a consolidação do Planejamento Estratégico da Companhia com a participação de todas as Diretorias;
- i)** coordenar a gestão de riscos corporativos da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;
- j)** coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- k)** coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- l)** coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- m)** coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- n)** propor a política de governança corporativa;
- o)** coordenar as atividades executivas de auditoria interna, *compliance*, secretaria geral;
- p)** conduzir as atividades relacionadas à riscos e segurança empresarial;
- q)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;

r) coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade.

II – Diretor de Finanças:

- a) controlar os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;
- c) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;
- d) controlar o capital social da Companhia, propor a política acionária, bem como sugerir a política de dividendos;
- e) promover a gestão financeira das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- f) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
- g) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;
- h) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- i) coordenar a gestão de riscos financeiros da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;
- j) acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

- k)** proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia;
- l)** conduzir as atividades relacionadas às operações financeiras no mercado de capitais;
- m)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- n)** consolidar o Planejamento Estratégico da Companhia com a participação das demais Diretorias.

III – Diretor de Gente e Gestão Empresarial:

- a)** prover pessoal adequado à Companhia;
- b)** definir a política de recursos humanos (inclusive benefícios) da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c)** orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d)** conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- e)** apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar o desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia e subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais;
- f)** propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;
- g)** gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia;
- h)** coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- i)** propor políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do

peçoal;

- j)** coordenar os serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- k)** definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- l)** projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- m)** administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- n)** proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- o)** administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- p)** promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe;
- q)** coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- r)** definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico e de normalização técnica;
- s)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- t)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- u)** promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia.

IV – Diretor de Energia:

- a)** elaborar o planejamento da geração e da transmissão;
- b)** operar e manter os sistemas de geração e os sistemas de supervisão e telecontrole associados, bem como os sistemas de transmissão e os sistemas de

supervisão e telecontrole associados;

- c)** desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- d)** representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica–Abrage, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE e a demais entidades representativas dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica e de comercialização de energia;
- e)** gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- f)** coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e de transmissão;
- g)** propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e de transmissão;
- h)** gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- i)** fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da transmissão, geração e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;
- j)** zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- k)** gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- l)** propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- m)** gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de transmissão, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- n)** propor as políticas e diretrizes de meio ambiente;
- o)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente;

- p)** monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais;
- q)** elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- r)** coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;
- s)** coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- t)** coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;
- u)** coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- v)** estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 230 kV;
- w)** identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- x)** negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- y)** negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- z)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- aa)** propor as políticas e diretrizes de alternativas energéticas.

V – Diretor de Engenharia:

- a)** operar o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- b)** buscar a melhoria contínua dos processos de operação, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;

- c)** buscar a melhoria contínua dos processos de manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- d)** manter o sistema elétrico de distribuição e sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e)** zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;
- f)** elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;
- g)** gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- h)** conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- i)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- j)** representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica–Abradee e demais entidades do setor de distribuição.

VI – Diretor Comercial:

- a)** propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos com tensão até 138kV;
- b)** desenvolver programas e ações junto aos consumidores até 138kV, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- c)** estabelecer relações comerciais e mercadológicas e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores até 138kV;
- d)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à efficientização energética;
- e)** propor e implementar a estratégia e as políticas de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais, em conformidade com as metas estabelecidas;
- f)** propor e implementar ações com a finalidade de promover a melhoria constante da adimplência por meio de ações estratégicas e operacionais eficientes;
- g)** propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos

órgãos reguladores;

- h)** propor, implementar e coordenar as ações relacionadas a faturamento, leitura, entrega das faturas, arrecadação e cobrança de contas dos clientes da Companhia, com a finalidade de garantir a receita prevista, por meio de ações comerciais;
- i)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- j)** planejar e implantar ações comerciais, coordenando os processos de atendimento aos clientes por meio de agências físicas, tele atendimento, agência virtual e redes sociais e definindo padrões de qualidade e de tratamento das reclamações.

VII – Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores:

- a)** promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- b)** promover as análises prospectivas de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;
- c)** coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos, em conjunto com a Diretoria de Finanças;
- d)** coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- e)** prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de energia elétrica;
- f)** coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel;
- g)** promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- h)** coordenar a gestão das participações societárias da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança

corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;

- i)** opinar sobre a celebração ou alteração de contratos ou ainda sobre os termos de quaisquer instrumentos, sempre que tais contratos ou instrumentos sejam relacionados a participações societárias;
- j)** coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante aprovação do Conselho de Administração;
- k)** promover a política de governança corporativa;
- l)** responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários–CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- m)** representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;
- n)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- o)** conduzir as atividades relacionadas à relações com investidores.

VIII – Diretor Jurídico:

- a)** coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;
- b)** apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;
- c)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;
- d)** gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

IX – Diretor de Comunicação:

- a)** conduzir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, relacionamento com comunidades e patrocínios incentivados de eventos e atividades culturais, recreativas e esportivas;
- b)** conduzir as atividades do Instituto Light;
- c)** coordenar o relacionamento com a imprensa;
- d)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia e promover a melhoria das políticas em relação à eficiência energética; bem como à comunicação empresarial da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- e)** coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;
- f)** coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas.
- g)** coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- h)** coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- i)** coordenar o controle e divulgação de informações e os relacionamentos institucionais e corporativos;
- j)** coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;
- k)** coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais
- l)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;
- m)** coordenar o desenvolvimento de ferramentas de contato/acesso aos clientes através da mídia eletrônica, tais como redes sociais.

Artigo 16 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores.

Parágrafo Primeiro – As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária da Diretoria poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões.

Artigo 17 A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas:

- a)** do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor ou de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou
- b)** do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou
- c)** dois procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações; ou
- d)** um procurador, quando se tratar de mandato *ad judicium* e *ad judicium et extra* para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos e agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração.

Parágrafo Único – A Companhia estará validamente obrigada pela assinatura isolada de qualquer membro da Diretoria, caso essa representação seja previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 18 Qualquer membro da Diretoria ou procurador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar os seguintes atos:

- a) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia;
- b) emissão de duplicatas e endosso das mesmas para fins de cobrança;
- c) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia;
- d) recebimento de citações, intimações e notificações judiciais e administrativas, prestação de depoimento pessoal e representação na qualidade de preposto em audiências;
- e) prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos e entidades fiscais e/ou parafiscais nas áreas federal, estadual ou municipal, inclusive Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, Juntas Comerciais e cartórios, podendo assinar petições, requerimentos, impugnações, recursos, desistência de defesa em 1ª Instância de julgamento administrativo, desistência de recurso em 2ª Instância de julgamento administrativo, Câmara ou Plenário no âmbito estadual, municipal e federal, livros fiscais, livros contábeis, livros comerciais, autorização de impressão de documentos fiscais, demonstrativos e/ou informações mensais e anuais, petições para aproveitamento de crédito do ICMS, pedidos de ressarcimento e/ou compensação de tributos, pedidos de parcelamento de débitos, comunicações, pedidos de certidões negativas, guias de informações, declarações de informações, declarações de restituição ou compensação de impostos e regularizações fiscais; e
- f) cumprimento e negociação de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, desde que não importe em assunção de novas obrigações.

Parágrafo Único – A outorga de procurações pela Companhia, excetuadas aquelas destinadas à prática dos atos previstos no Artigo 11 acima, dependerá sempre da aprovação de 02 (dois) Diretores, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, e estabelecerão

expressamente os poderes dos procuradores, bem como terão prazo máximo de validade de 01 (um) ano, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, e aquelas que devem seguir exigências definidas por órgãos governamentais ou reguladores ou no âmbito de contratos de administração de garantias vinculadas aos contratos de financiamento com recursos de bancos/ agências/ fundos constitucionais de desenvolvimento/fomento, respeitados os prazos de garantia destes, que poderão ter prazo de validade determinado superior a 01 (um) ano.

CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL

Artigo 19 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 20 A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Artigo 21 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.

Parágrafo Primeiro – O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito do comprovante expedido pela instituição depositária na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista, por procurador, na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de procuração seja efetuado na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 22 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo 31, parágrafo único.

Artigo 23 Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- a)** deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e,
- b)** escolher, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 24 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 25 Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro – Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei das S.A..

Parágrafo Terceiro – Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo “caput” deste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto – Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto – A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício.

Parágrafo Sexto – Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 26 A Alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

CAPÍTULO VIII – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 27 O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao preço justo, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o artigo 28, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Artigo 28 O laudo de avaliação a que se refere o artigo 27 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das

S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante.

Parágrafo Único – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo da Companhia, decorrente do laudo de avaliação, é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme estabelecido no artigo 23, “b”, deste Estatuto Social, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

CAPÍTULO IX – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 29 A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Parágrafo Único – A posse dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à prévia assinatura de Termo de Posse que deve

contemplar sua sujeição ao presente artigo, sem prejuízo do atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal – que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.

Artigo 31 Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

ANEXO II – MAPA SINTÉTICO DE VOTAÇÃO

Mapa Sintético Final (data base: 26/04/2018)

Deliberação	Ativo	Aprovar	Rejeitar	Abstenções
AGE 4. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (iv) adequar o Estatuto Social à legislação em vigor, excluindo, no artigo 8º, a obrigatoriedade de os Conselheiros de Administração serem acionistas da Companhia;	ON	140 093 948	10 963 976	0
AGE 5. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (v) alterar a alçada de aprovação das matérias de competência da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, e incluir previsão de reajuste anual pelo IGP-M/FGV;	ON	137 876 748	253 200	12 927 976
AGE 6. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (VI) excluir do inciso XXIII. do artigo 11º do Estatuto Social a previsão de que a destinação das emissões de ações dentro do limite do capital seria exclusivamente para atender ao exercício do direito conferido pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia;	ON	138 126 548	10 967 376	1 964 000
AGE 7. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (vii) excluir do inciso IX do artigo 14º do Estatuto Social a competência da Diretoria, como órgão colegiado, para a outorga de procuração, prevendo que a outorga de procuração poderá ser aprovada por 02 (dois) diretores em conjunto;	ON	140 090 548	3 400	10 963 976
AGE 8. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (viii) incluir no parágrafo único do artigo 18º do Estatuto Social a possibilidade de outorga de procuração com prazo superior a 01 (um) ano para alguns casos excepcionais, como para fins judiciais, para que sigam exigências fixadas por órgãos governamentais e para contratos de financiamento com bancos de fomento;	ON	140 093 948	0	10 963 976
AGE 9. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (ix) adequar todo o documento às regras obrigatórias de implementação até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, conforme requeridas pelo Novo Regulamento do Novo Mercado, em vigor desde de 02 de janeiro de 2018;	ON	120 699 940	30 357 984	0
AGE 10. Alterar o Estatuto Social da Companhia com objetivo de: (x) consolidar a nova versão do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações acima propostas.	ON	140 093 948	10 963 976	0

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2018.

À Light S/A ("Light" ou "Companhia")
A/C: Departamento de Relação com Investidores

A BNDESPAR solicita registrar em ata da AGE do dia 26/04/2018, suspensa até o dia 08/05/2018, o abaixo:

Proposta de Alteração
<p>Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p>
<p>Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração, deverá ser composto, por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Independentes ou 20% (vinte por cento), o que for maior.</p>
<p>Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.</p>
<p>Parágrafo Terceiro - Para fins do presente Estatuto Social, entende-se por Conselheiro Independente o definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2018, especialmente nos artigos 16º e 17º.</p>

A alteração acima proposta é justificada uma vez que, no caso de alteração do Estatuto da Light em função do Novo Regulamento do Novo Mercado, entende a BNDESPAR que as alterações deveriam ser feitas no sentido de observar as novas obrigações e não para manter a observância às normas do antigo Regulamento do Novo Mercado. Ainda, as melhores práticas de governança corporativa, notadamente o Código do IBGC, recomendam que o tamanho máximo do conselho de administração seja de 11 membros e que se evite a figura do conselheiro suplente visto que a responsabilidade dos conselheiros é indelegável.

Adicionalmente, a BNDESPAR vota contrariamente à exclusão dos artigos 27 e 28 do Estatuto Social e propõe para a Assembleia a alteração do artigo 27 b) atualmente em vigor, para incorporar a nova obrigação prevista no artigo 38º do Novo Regulamento do Novo Mercado, nos termos da minuta abaixo:

Proposta de Alteração
<p>Artigo 27º A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:</p>
<p>a) (...) mantido</p>
<p>b) Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor</p>

atribuído à companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

A alteração acima proposta é justificada uma vez que a BNDESPAR entende que os artigos previamente já definem operações societárias que deverão ser interpretadas como formas de aquisição de controle, não precisando ser necessariamente excluídos em função do novo Regulamento do Novo Mercado.

Ainda, a alteração do item b) é necessária para ajustar o texto ao artigo 38º do Novo Regulamento do Novo Mercado.



Thiago Tadeu Silva da Costa
Engenheiro
Área de Gestão de Participações - BNDESPAR